

Relatório de Actividades sobre Programa Multilateral de Cooperação 2006-2008

1. Acordo de Cooperação no domínio da Juventude e do Desporto. Regimento da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto

Os anos de 2006 e 2007 ficaram marcados por um conjunto de tomada de decisões que assinalam profundas alterações no desenvolvimento do que era a realização dos trabalhos de duas Reuniões de Conferências de Ministros distintas, responsáveis, respectivamente, pela área da Juventude, e pela área do Desporto.

Com uma primeira abordagem, ainda que de forma ténue, a ideia de criação de uma única Conferência que juntasse as duas áreas começou por ser discutida durante a Reunião Informal de Ministros Responsáveis pelo Desporto que se realizou em Luanda, em Agosto de 2005, por ocasião dos V Jogos Desportivos da CPLP.

Com a aprovação da Resolução 9/2006 tomada durante a IX^a Reunião da Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desporto, em Salvador-Bahia, no Brasil, a 6 e 7 de Dezembro é decidida a criação de uma Conferência única, que englobe as áreas da Juventude e do Desporto, devendo para tal proceder-se à elaboração de uma proposta do Acordo de Cooperação, e do Regimento da Conferência, tendo sido o Secretariado Executivo mandatado para, no prazo de 180 dias, apresentar as respectivas propostas para análise dos diferentes países, e posterior apresentação da versão a ser presente, discutida, e aprovada em Reunião Extraordinária dos Ministros do Desporto da CPLP, a realizar em Cabo-Verde no 2º semestre de 2007, o que veio acontecer no dia 30 de Junho de 2007 na Cidade do Mindelo.

A publicação deste novos documentos, respectivamente, **ACORDO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA JUVENTUDE E DO DESPORTO**, assinado entre a República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de

Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, e **REGIMENTO DA CONFERÊNCIA DE MINISTROS RESPONSÁVEIS PELA JUVENTUDE E PELO DESPORTO DA CPLP**, foram incluídos na brochura editada pelo Secretariado Executivo respeitante à realização da Reunião Extraordinária da Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desporto, a ser distribuída durante a 1ª Reunião da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto, que se irá realizar na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, em 24 e 25 de Julho de 2008.

2. Novo Logótipo da Conferência.

Em função da decisão de criação de um novo Acordo de Cooperação, e de um novo Regimento da Conferência, foi igualmente decidido criar, no decorrer da Reunião Extraordinária dos Ministros do Desporto da CPLP realizada na Cidade do Mindelo, a 29 e 30 de Junho de 2007 um novo Logótipo da Conferência, a ser adoptado em função de um concurso a desenvolver em todos os Estados-membros, nos termos de um Regulamento de Concurso a ser apresentado pelo Secretariado Executivo.

Elaborada uma primeira versão do Regulamento foi a mesma distribuída pelos países para recolha de sugestões. Apenas Cabo-Verde e Moçambique apresentaram propostas de alteração a partir das quais se elaborou uma nova versão a ser discutida e aprovada durante a 1ª Reunião da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto a realizar na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, em 24 e 25 de Julho de 2008.

3. VI Jogos Desportivos da CPLP- Rio de Janeiro

Durante este período realizaram-se 3 reuniões da Comissão Permanente, respectivamente em Salvador-Bahia, Brasil, em Dezembro de 2006, na cidade do Mindelo, Cabo Verde, em Julho de 2007, e na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em Abril de 2008. Em todas as ocasiões foi possível constatar um forte entendimento e empenho entre todos os países sobre o real interesse e significado da realização

destes Jogos para os jovens desportistas dos países da CPLP, e a enorme disponibilidade demonstrada pelo país anfitrião, o Brasil, em vir a transformar esta edição na melhor de sempre. A qualidade das instalações que vão ser colocadas à disposição dos participantes, os meios humanos e os recursos materiais que vão ser aplicados, e o nível de organização que foi transmitido a todos os delegados, permite-nos ter a certeza de que este evento será certamente memorável na história dos Jogos, e servirá de fonte referenciadora para os organizadores de futuras edições.

4. Jogos CPLP/Jogos da Lusofonia

No cumprimento da Resolução 7/2006, o Secretariado Executivo apreciou o impacto dos I Jogos da Lusofonia. Estes, decorreram na Região Administrativa Especial de Macau, da República Popular da China, entre 7 e 15 de Outubro de 2006, tendo-se revelado um instrumento de aproximação de países e regiões lusófonas, com resultados que extrapolam o mero circunstancialismo desportivo. Contudo, alguns dos pressupostos que lhe estavam inerentes, enquanto evento no domínio da organização dos Comitês Olímpicos, como seja uma ampla participação de atletas do mais alto nível, nomeadamente medalhados, ou candidatos a medalhas em Jogos Olímpicos, não se verificou. A determinação de que estes Jogos se realizem de 4 em 4 anos, em ano seguinte à realização dos Jogos Olímpicos trás, eventualmente, algumas dificuldades à concretização deste objectivo. Por sua vez, a aprovação de um novo Acordo de Cooperação no domínio da Juventude e do Desporto pelos Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto da CPLP, vem reafirmar no ponto 1, do artigo 11º, a institucionalização dos Jogos Desportivos da CPLP que, como se sabe vão realizar a sua 6ª edição no Brasil, de 26 de Julho a 2 de Agosto de 2008, estando já marcada a sua 7ª edição para o ano de 2010 em São Tomé e Príncipe.

Este evento diferencia-se em muitas componentes dos Jogos da Lusofonia, a começar pelo escalão etário, limite máximo de 16 anos, até à periodicidade dos Jogos que oscila entre os 2, e os 3 anos, tanto mais que está condicionada por outro tipo de eventos, como seja a Bienal de Jovens Criadores da CPLP.

As características específicas de cada um destes eventos, independentemente da entidade responsável pela sua organização, acabam por implicar sempre para os respectivos Governos, de uma forma mais ou menos directa, um apoio financeiro exigente. Este é efectivamente um dos aspectos que podem merecer reflexão para uma abordagem entre Governos e Comitês Olímpicos no sentido de se encontrarem possíveis formas de colaboração para uma eventual aproximação de objectivos a alcançar com estes eventos, ou mesmo na reformulação dos mesmos, criando um único evento que conseguisse alcançar muitas das metas a que se propõem agora cada um deles em separado.

A Assembleia-geral da Associação de Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa deliberou escolher a cidade de Lisboa como anfitriã dos II Jogos da Lusofonia, que vão decorrer entre os dias 11 e 19 de Julho de 2009, o que nos parece pois, uma excelente oportunidade para se aprofundar a discussão sobre as possíveis formas de cooperação entre as instituições envolvidas.

5. Programa de formação elementar de gestão do desporto

Este projecto iniciou-se com a aceitação do programa multilateral de cooperação para 2004-2006, tendo sido para o efeito apresentado um documento orientador para sua concretização, através da Resolução 6/2004, aprovada na VIIIª Reunião da Conferência

Portugal, através do Instituto do Desporto de Portugal, I.P., e o Ministério do Esporte do Brasil, ficaram de desenvolver este Projecto que visa fomentar competências de gestão nos dirigentes desportivos e respectivos colaboradores, de modo a criar condições para uma intervenção mais eficaz que concorra para o incremento organizacional das estruturas desportivas dos países da CPLP.

A concretização deste programa de formação, do ponto vista operacional, compreendia 3 fases distintas, a saber:

- 1ª Fase – Diagnóstico Estratégico de Necessidades de Formação. Realizado parcialmente.
- 2ª Fase – Concepção, Preparação e Operacionalização das Iniciativas de Formação. Não realizado.

- 3ª Fase - Avaliação do Programa (relatório final). Não realizado.

No momento em que se avançou para operacionalização da 1ª Fase - Diagnóstico Estratégico de Necessidades de Formação, o Instituto do Desporto de Portugal contractualizou, ainda em 2005, com uma instituição de ensino superior a realização dos trabalhos respeitantes à sua concretização que, desde o início sofreram sucessivos atrasos. A partir do momento em que os atrasos comprometeram todo o programa das acções que estavam previstas realizar a partir de Setembro de 2006, tornou-se claro que este Projecto, no formato em que foi inicialmente pensado, estava comprometido na sua concretização, tanto mais que Portugal e Brasil nunca conseguiram desenvolver em conjunto as tarefas que poderiam dar um outro incremento ao mesmo.

Considerando o exposto, e as dificuldades que nos parecem agora evidentes para se trabalhar num Projecto desta natureza, em que se pretende desenvolver um programa de formação idêntico para todos os países, quando existem diferenças substanciais nos respectivos quadros de desenvolvimento desportivo, sugerem-nos que será altamente preferível que este quadro de cooperação se possa vir a situar no âmbito bilateral, em função das necessidades específicas que cada país considere como prioritárias. Torna-se assim mais fácil avançar sem ter de se esperar pela construção de uma solução que esteja dependente de levantamento de situações de diagnósticos preliminares, de diagnósticos in loco, e de relatórios finais, para então se partir para um programa global de actuação.

Face ao exposto considera-se que na Iª Reunião da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto deverá ser tomada uma decisão sobre esta matéria.

6. Rede de informação desportiva dos países de língua portuguesa - “CPLP Sport”

Tendo por objectivo construir uma rede de informação desportiva, este Projecto pretendia dar um contributo para minimizar assimetrias, aumentar a visibilidade do desporto e reforçar a cooperação entre os Países de Língua Portuguesa.

Para além dos contactos preliminares estabelecidos em 2005, em nada mais se avançou, tendo esta matéria sido abordada durante a realização da 3ª Reunião da Comissão Permanente dos Jogos da CPLP, durante a qual se debateu a agenda para a 1ª Reunião da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto.

Face ao impasse em que o Projecto se encontra, e considerando que o mesmo é da responsabilidade conjunta de Portugal e Brasil, em que este detém a gestão do sítio Internet (Webmaster), o assunto ficou para ser analisado na Reunião anteriormente mencionada, no sentido de se tomar uma decisão sobre a continuação, ou não, deste Projecto, nesta vertente da cooperação multilateral.

7. Quotizações/ Execução financeira

Pese o facto da aprovação da Resolução 11/2006, tomada durante a IXª Reunião da Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desporto, em Salvador-Bahia, no Brasil, a 6 e 7 de Dezembro, em que se acorda e reafirma a necessidade de dar cumprimento ao determinando na Resolução 3/2002, tomada durante a VIIª Reunião da Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desporto, na cidade da Praia a 24 e 25 de Julho de 2002, em que os países se comprometem a pagar uma quota anual, até 30 de Junho de cada ano, no valor de US\$ 2.000,00, conforme estipulado na Resolução 09/93, aprovada durante a IIIª Reunião da Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desporto, na cidade de Bissau, a 27 e 28 de Fevereiro de 1993, verifica-se que a partir de 2005, e até 30 de Junho de 2008 a presente situação:

País	2005	2006	2007	2008
Angola *	xxxxxxxxxxxx	??????????	??????????	??????????
Brasil	xxxxxxxxxxxx	Xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxx
Cabo-Verde	Pago	Pago	xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxx
Guiné-Bissau	xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxx
Moçambique	Pago	Pago	Pago	Pago
Portugal	Pago	Pago	Pago	Pago
São Tomé e Prínc	xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxx
Timor-Leste **	xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxx

* Aguarda-se esclarecimento sobre ordem de transferência efectuada?

** No presente momento Timor-Leste não faz parte formal da nova Conferência dado ainda não se ter verificado a respectiva Adesão.

Nos termos do Funcionamento do Secretariado Executivo compete ao país que detém estas funções, no presente caso Portugal, fazer a gestão das contribuições pagas pelos respectivos países. Assim, e conforme as normas de funcionamento para situações desta natureza, existe uma conta bancária com as seguintes referências:

Banco: Direcção-Geral do Tesouro

Nome da Conta: IDP- Conferência de Ministros Desporto CPLP

IBAN: PT 500 781 011 200 000 008 422 25

SWIFT CODE: TESPPTP1

Como se pode ver pelo extracto, em anexo, o montante respeitante aos pagamentos, no quadro acima mencionado, após a reconversão oficial em Euros, é de € -15.253,47 (Quinze mil, duzentos e cinquenta e três euros, e quarenta e sete cêntimos)

8. Conclusão e perspectivas futuras

O Programa Multilateral, entendido como um instrumento fundamental de cooperação para o desenvolvimento, tanto mais que a partir de agora a Conferência vai englobar as áreas da Juventude e do Desporto, deve conter orientações e linhas de acção que possam concorrer efectivamente para o desenvolvimento de cada país, e para o crescimento da comunidade no seu todo, tanto no plano das actividades da juventude, como no plano desportivo.

Para que as acções a incluir no Programa de Cooperação Multilateral tenham verdadeiramente sucesso devem obedecer a um planeamento em que seja devidamente avaliada a capacidade de execução, por parte de todos os países, respeitante às acções que sejam propostas realizar, o que nem sempre se tem verificado, com excepção, no caso do desporto, com a realização das diferentes edições dos Jogos Desportivos, e das próprias Reuniões da Conferência.

**CONFERÊNCIA DE MINISTROS RESPONSÁVEIS
PELA JUVENTUDE E PELO DESPORTO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Dentro desta linha de análise julga-se que a Conferência deveria discutir e analisar com maior rigor sobre o que se pretende para o futuro em termos de projectos a incluir na Cooperação Multilateral, para que esta possa cumprir efectivamente os objectivos para que em princípio foi idealizada, e para que os mesmos possam ser efectivamente realizados.

Parece-nos que um maior enfoque e dinamismo na cooperação bilateral pode responder de forma mais eficaz às diversas prioridades que cada país determina no seu seio, e assim dar cumprimento mais eficaz ao que é determinado nos artigos 7º e 8º do Acordo de Cooperação no domínio da Juventude e do Desporto.

Para a cooperação multilateral deveriam ficar a realização de grandes eventos, como sejam os casos da Mostra de Jovens Criadores, e dos Jogos Desportivos, especificamente referidos nos artigos 10º e 11º do mencionado Acordo. Neste âmbito deverá ser igualmente concertada uma posição entre os responsáveis das administrações públicas pelas áreas da juventude e do desporto de cada país para concretizar o que é apontado como prioridade no artigo 9º, ou seja, ajudar a criar bibliotecas e mediatecas nas duas áreas.

A definição de outras acções que possam de forma clara, e inequívoca, ser do interesse de todos os membros da Conferência, como seja por exemplo a realização de seminários em matérias como o combate ao uso de substâncias dopantes no desporto, podem ser desenvolvidas no campo da cooperação multilateral sem estarem sujeitas a um calendário pré-determinado, mas antes ao sentido de oportunidade que for considerado desejável pelos responsáveis políticos pelas áreas da juventude e do desporto dos países da CPLP.

Lisboa, 30 de Junho de 2008

O Secretariado Executivo